**REDE DE ENSINO DOCTUM
UNIDADE DE SERRA/ES
CURSO DE DIREITO**

Daniel Antonio dos Santos Correa,
Kamile Côco Nilo,
Maciely Oliveira dos Santos Pesse da Silva Rosa,
Yasmim Almeida Sampaio e
Yasmin Silva Rabelo.

**Responsabilidade das plataformas digitais nos crimes de ódio: Qual a
responsabilidade da plataforma “X” em relação aos crimes de ódio
praticados virtualmente por seus usuários?**

Serra/ES
2024

Daniel Antonio dos Santos Correa,
Kamile Côco Nilo,
Maciely Oliveira dos Santos Pesse da Silva Rosa,
Yasmim Almeida Sampaio e
Yasmin Silva Rabelo.

Responsabilidade das plataformas digitais nos crimes de ódio: Qual a
responsabilidade da plataforma “X” em relação aos crimes de ódio
praticados virtualmente por seus usuários?

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado à Rede de Ensino Doctum
na Unidade de Serra/ES, como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Direito.

Orientador: Prof. LL.M. Bernardo Dantas Barcelos

Serra/ES
2024

Correa, Daniel Antonio dos Santos.

Nilo, Kamile Côco.

Rosa, Maciely Oliveira dos Santos Pesse da Silva.

Sampaio, Yasmim Almeida.

Rabelo, Yasmin Silva.

Responsabilidade das plataformas digitais nos crimes de ódio: Qual a responsabilidade da plataforma “X” em relação aos crimes de ódio praticados virtualmente por seus usuários? – 2024

p. 29

Orientador: Prof. LL.M. Bernardo Dantas Barcelos

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) –

Rede de Ensino Doctum, unidade de Serra/ES.

1. Plataformas digitais. 2. Discurso de ódio. 3. Plataforma “X”. LL.M. Barcelos, Bernardo Dantas , orient.

Daniel Antonio dos Santos Correa,
Kamile Côco Nilo,
Maciely Oliveira dos Santos Pesse da Silva Rosa,
Yasmim Almeida Sampaio e
Yasmin Silva Rabelo

Responsabilidade das plataformas digitais nos crimes de ódio: Qual a responsabilidade da plataforma “X” em relação aos crimes de ódio praticados virtualmente por seus usuários?

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Rede de Ensino Doctum na Unidade de Serra/ES, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Aprovada em 12 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Professor: LL.M Bernardo Dantas Barcelos
Orientador
Faculdade Doctum - Unidade Serra/ES

Professor: Me. Mariana Mutiz de Sá
Faculdade Doctum - Unidade Serra/ES

Professor Convidado:

RESUMO

Em razão do constante crescimento no número de usuários nas redes sociais e a maior interação e exposição pessoal destes, desencadeou-se o cometimento e a propagação de discursos de ódio no ambiente virtual, como no caso da plataforma X (antigo twitter). Para tanto, o presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo elucidar qual a real responsabilidade das plataformas digitais no controle e combate a esses discursos de ódio, praticados por seus usuários, resguardando a liberdade de expressão, haja vista a previsão Constitucional, além de fazer um paralelo entre o discurso de ódio e a liberdade de expressão. Por fim, fez-se necessário o estudo de casos, decisões e jurisprudência que evidenciassem o crescimento dos discursos de ódio e a responsabilidade jurídica das plataformas digitais e sua atuação no combate ao cometimento desse delito.

Palavras-chave: Plataformas digitais; discurso de ódio; Plataforma “X”.

ABSTRACT

Due to the constant growth in the number of users on social media and the increased personal interaction and exposure, the commission and propagation of hate speech in the virtual environment have become prevalent, as seen in the case of the X platform (formerly Twitter). Therefore, this thesis aims to clarify the real responsibility of digital platforms in controlling and combating such hate speech, while safeguarding freedom of expression as provided in the Constitution. It also seeks to draw a parallel between hate speech and freedom of expression. Finally, it was necessary to study cases, decisions, and jurisprudence that highlight the growth of hate speech and the legal responsibility of digital platforms in addressing this crime.

Keywords: Digital platforms; hate speech; Platform "X".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. A REDE SOCIAL COMO AMBIENTE DE INTERAÇÃO E EXPOSIÇÃO DA PESSOA.....	08
2. LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	10
2.1. Equilíbrio entre a liberdade de expressão no ambiente virtual e a proteção contra o discurso de ódio.....	12
3. DISCURSO DE ÓDIO NO AMBIENTE VIRTUAL.....	13
3.1. Definição.....	13
3.2. Análise dos crimes de ódio.....	14
4. RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA MODERAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO.....	15
4.1. Desafios e limitações na identificação e controle do discurso de ódio.....	15
4.2. Marco Civil da Internet e sua relação com as plataformas digitais: Responsabilidade e limites estabelecidos.....	16
4.3. Jurisprudência e precedentes relevantes.....	18
5 ANÁLISE DO CASO DA PLATAFORMA “X” NO BRASIL.....	20
CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	24

INTRODUÇÃO

Na era digital, as redes sociais emergem como fundamentais espaços de interação e comunicação, sendo que as plataformas digitais facilitaram a troca de informações, pensamentos e ideologias entre os usuários, o que permitiu a criação de laços entre pessoas de diferentes localidades. Contudo, como será debatido ao longo do artigo, em que pese os pontos positivos gerados com o uso das plataformas digitais, também é necessário destacar os negativos, entre eles o discurso de ódio que vem ganhando cada vez mais espaço no mundo digital, muitas vezes disfarçado de liberdade de expressão.

A incitação para prática de crimes de ódio no meio digital ocorre através de publicações de conteúdos discriminatórios, que por sua vez, acarretam um problema social maior. Neste contexto, a regulamentação do uso das redes sociais, como o Marco Civil da Internet e outras legislações vigentes, surge como uma resposta a esse dilema. Essas legislações buscam assegurar direitos fundamentais aos usuários e criar uma estrutura que minimize os abusos, garantindo que a liberdade de expressão não se transforme em um instrumento de ataque e discriminação.

A responsabilidade das plataformas digitais na mediação de conteúdos é um tema de suma importância, especialmente em casos de discurso de ódio e incitação à violência. Diante da vastidão de informações compartilhadas em tempo real, surge o desafio de identificar e limitar conteúdos prejudiciais sem comprometer a liberdade de expressão dos usuários. Embora algumas plataformas possuam políticas de uso e mecanismos para detectar e remover publicações nocivas, sua eficácia é frequentemente questionada.

Com uma estrutura que privilegia a rápida disseminação de mensagens, a plataforma "X" (antigo Twitter) frequentemente é alvo de críticas por permitir a circulação de discursos de ódio. Embora a empresa tenha adotado políticas para moderar conteúdos, incluindo a suspensão de contas infratoras, os casos de discurso de ódio continuam a ocorrer. Dessa forma, a referida plataforma serve como um exemplo central no debate sobre a eficácia das políticas internas das plataformas e a necessidade de maior regulamentação externa, levando-nos a questionar se suas ações são suficientes para conter a disseminação de conteúdos nocivos.

1. A REDE SOCIAL COMO AMBIENTE DE INTERAÇÃO E EXPOSIÇÃO DA PESSOA

O ambiente virtual, encabeçado, principalmente, pelas grandes redes sociais, entre elas, whatsapp, facebook, instagram e, principalmente, o aplicativo X¹ (antigo Twitter), apresentam-se como grandes ferramentas na interação e conexão entre os seus usuários.

O acesso às redes sociais têm crescido consideravelmente com o passar dos anos, segundo levantamento realizado pela agência Comscore, empresa americana de análise de dados na internet, o Brasil é o terceiro país que mais consome redes sociais em todo o mundo – atrás de Índia e Indonésia, e à frente de Estados Unidos, México e Argentina (FORBES, 2023).

De acordo com Raquel Recuero, em seu livro "Redes Sociais na Internet" (2009), a definição de rede social é um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (RECUERO, 2009, pg. 24).

Essas interações, de certo modo, fadadas a permanecer no ciberespaço, permitindo ao pesquisador a percepção das trocas sociais, mesmo distante, no tempo e no espaço, de onde foram realizadas (RECUERO, 2009, pg. 30). Do mesmo modo, acrescenta-se que as conexões em uma rede social são construídas da interação social entre os atores (RECUERO, 2009, pg. 30).

A partir dessa interação social, dada de maneira instantânea, relacionamentos surgem e se estabelecem, sendo, portanto, uma importante ferramenta de socialização.

A importância das redes sociais como canal de interação são notadas, especialmente, quando uma das plataformas digitais são suspensas ou retiradas de ar, como, por exemplo, no presente ano de 2024, onde ocorreu a suspensão da plataforma X após decisão judicial proferida pelo Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, no fim de agosto de 2024², ocasionando a diminuição

¹ X, popularmente conhecido pelo seu nome anterior Twitter e inicialmente chamado de Twtr ("gorjear"), é uma rede social e um serviço de microblog, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos em textos de até 280 caracteres (25 mil para assinantes do X Premium) conhecidos como posts (anteriormente tweets), por meio do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento (WIKIPÉDIA, 2024).

² O bloqueio do X ocorreu no Brasil, após decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 30 de agosto. Depois de um período de indefinição, a rede começou a sentir o impacto da decisão a partir de 2 de setembro, com a consolidação de queda de tráfego na plataforma (O GLOBO, 2024).

de 73,5% (setenta e três vírgula cinco por cento) em interações no debate sobre política, visto que era tempo de campanha eleitoral, segundo pesquisa realizada pela FGV Comunicação Rio (2024) (O GLOBO, 2024).

Assim, não há como afastar a importância das redes sociais, a partir de suas permissividades na construção e formação da sociedade, em especial nos relacionamentos que surgem, tanto quanto aos mais novos e mais experientes, até mesmo porque, sendo criança, jovem ou idoso, todos possuem um usuário em alguma determinada rede social, salvo exceções, formando 100% (cem por cento)³ das participações dos usuários, conforme os números apresentados em pesquisa pelo portal Data Reporta (2024) (NERDWEB, 2024).

Ainda que seja uma interação “virtual”, as interações proporcionadas pelas redes sociais são fundamentais para a construção de debates sociais, propagação de notícias em tempo real e conexão entre pessoas de diferentes localidades e países. Além disso, essas interações permitem a troca de ideias, a formação de opiniões e a disseminação de informações de maneira rápida e eficaz.

Entretanto, enquanto esse crescimento trouxe pontos positivos, como o crescimento nas interações e conexões entre os usuários, por outro lado, trouxe alguns problemas, destacando entre eles o afastamento do contato físico entre pessoas e a maior exposição dos usuários.

No sentido do afastamento físico, é mister dizer que essa ação pode gerar aos usuários problemas pessoais, como, por exemplo, a solidão e a baixa socialização, uma vez que, como afirma o psicólogo Francisco Nogueira, “nas redes, interagimos por meio de um filtro, o que constantemente causa a confusão entre interação e socialização” (NOGUEIRA, 2023).

Deste modo, as redes sociais proporcionam um ambiente propício para as interações virtuais, em especial a rede social X, que concede aos seus usuários a oportunidade de acompanhar notícias em tempo real, se comunicar com outros usuários por meio de troca de mensagens e, além disso, reagir às informações postadas pelos seguidores.

Contudo, apesar das redes sociais serem ferramentas importantes nos dias atuais para a comunicação, interação, conexão e a construção de relacionamentos, é notório que a exposição dos usuários nas plataformas faz com que suas atitudes e

³ 0-4 anos: 6.3%, 5-12 anos: 10.8%, 13-17 anos: 7.0%, 18-24 anos: 10.5%, 25-34 anos: 15.7%, 35-44 anos: 15.8%, 45-54 anos: 13.0%, 55-64 anos: 10.5%, 65 anos e acima: 10.4% (NERDWEB, 2024).

entendimentos sejam moldados por meio de perfis, postagem e interações, tendo em vista que os espaços ofertados reproduzem atitudes e condutas variadas.

Dentre essas atitudes está o crime de ódio, no qual a sua propagação tem ocorrido de forma deliberada nas plataformas digitais, em especial no X, onde a interferência e fiscalização por parte dos responsáveis não ocorreu de maneira totalmente eficaz, uma vez que a plataforma foi suspensa após decisão judicial proferida pelo Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, no fim de agosto de 2024, em razão da rede social deixar de bloquear alguns perfis que propagavam discurso de ódio, bem como deixar de pagar as multas arbitradas pelo descumprimento (BBC, 2024).

2. LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em primeira análise, a proteção da liberdade de expressão está diretamente associada à garantia da dignidade da pessoa humana e da democracia. Este direito visa possibilitar a exteriorização de crenças, convicções, ideias, ideologias, opiniões, sentimentos e emoções, pelas diversas plataformas informativas existentes.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (CF), trata dos Direitos e Garantias Fundamentais e em seu inciso IX dispõe: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988).

Outrossim, no que tange a democracia, a liberdade de poder se expressar está diretamente ligada à garantia de voz, ou seja, tal liberdade é imprescindível e, aqueles que de alguma forma desejarem se manifestar, podem assim fazer sem que sejam impedidos previamente. É o que aduz o artigo 220 da CF: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988).

No entanto, podem haver situações onde o direito à liberdade de expressão se choque com outros direitos essenciais, tanto em relação ao direito individual de outra pessoa, quanto ao direito coletivo, sendo estes também fundamentais.

Nesse sentido, para garantir a efetivação desses outros direitos, a própria Constituição Federal permite que, por meio de lei infraconstitucional, seja comprimido aqueles direitos que estejam se colidindo, desde que a referida intervenção legislativa esteja fundamentada constitucionalmente. Há de se falar ainda, dos casos em que os

juristas terão que ponderar tais direitos, buscando a melhor forma de solucionar os casos concretos.

Fernandes (2011, p. 279) diz:

Nesses termos, para a doutrina dominante, falar em direito de expressão ou de pensamento **não é falar em direito absoluto de dizer tudo aquilo ou fazer tudo aquilo que se quer**. De modo lógico-implícito a proteção constitucional não se estende à ação violenta. Nesse sentido, para a corrente majoritária de viés axiológico, a liberdade de manifestação **é limitada por outros direitos e garantias fundamentais** como a vida, a integridade física e a liberdade de locomoção. Assim sendo, embora haja liberdade de manifestação, **essa não pode ser usada para manifestação que venham a desenvolver atividades ou práticas ilícitas (antissemitismo, apologia ao crime etc...)** (grifo nosso)

Segundo Machado (2002, p. 865):

Nos termos da Constituição, ninguém tem prima facie um maior direito à liberdade de expressão, por comparação com outrem, pelo que este direito não cobre necessariamente os conteúdos expressivos que tragam em si mesmos uma pretensão de superioridade e que pretendam ter como consequência a aniquilação das possibilidades de igualdade e reciprocidade entre todos os indivíduos e grupos sociais.

Desta forma, é possível concluir que, apesar de ser um direito com proteção imprescindível, sua garantia não está de forma absoluta, acima dos demais, podendo sofrer limitações.

O inciso IV do artigo 5º da CF/88 ressalta o direito à manifestação do pensamento, porém, traz consigo também uma vedação, qual seja, a do anonimato: IV: “É livre a manifestação do pensamento, **sendo vedado o anonimato;**” (grifo nosso) (BRASIL, 1988).

Por certo, cada indivíduo é livre para manifestar seu pensamento de forma incontestável, porém, é necessário que a pessoa se manifeste sem ocultar a sua identidade, de forma que seja possível identificá-la.

A Carta Magna, ao propor tal medida, visou dispor de um mecanismo que pudesse ser usado em casos de exposições de pensamentos, que violassem outros direitos fundamentais ou que prejudicassem os direitos de terceiros, garantido que aqueles que forem lesados por crimes de ódios, disfarçados de liberdade de expressão, pudessem recorrer, visando garantir seus próprios direitos, conforme a lei dispor em cada caso.

Neste sentido, é importante analisar a liberdade de expressão dentro do

ambiente virtual, além da sua relação direta nos casos de crimes de ódio. É o que veremos nos próximos capítulos.

2.1. Equilíbrio entre a liberdade de expressão no ambiente virtual e a proteção contra o discurso de ódio

Pode-se dizer que, garantir a liberdade de pensamento dentro e fora da internet, é essencial para a valorização de diferentes opiniões, diálogo aberto, debates de ideias, incentivar a interação entre as pessoas e promover a diversidade (BOTELHO, 2024).

Dito isso, com base nas experiências de uso das redes sociais, pode-se afirmar, que estas são fortemente usadas para a exposição de opiniões de seus usuários, de forma que é possível analisar um mesmo assunto sob vários ângulos (QUADRADO; FERREIRA, 2020).

Não obstante, na medida em que cresce o número de usuários dentro dessas plataformas, bem como as informações compartilhadas em razão da democratização dessas tecnologias, surgem os conflitos gerados a partir desses compartilhamentos e das exposições de pensamentos diferentes e invasões de privacidade (BOTELHO, 2024).

Nas redes sociais, determinada publicação pode causar sérios problemas à vida e à reputação de alguém. São em situações assim que entram os discursos de ódio que diversos indivíduos proferem a uma determinada pessoa ou a um determinado grupo, justificando-os como um direito de Liberdade de Expressão já que foi publicado em sua conta particular (QUADRADO; FERREIRA, 2020).

Diante disso, a linha entre a liberdade de expressão e os crimes de ódio contra a imagem, honra e privacidade de alguém, no ambiente virtual, por exemplo, é extremamente tênue (COSTA A., COSTA K., 2024).

É importante dizer ainda que, cada publicação realizada, pode ser perpetuada dentro das redes sociais, visto que, podem haver centenas ou até milhares de compartilhamentos do post, além de ser possível a captura de tela⁴ por terceiros, o que mesmo com a exclusão da publicação, já estará registrada.

Além disso, é importante dizer que, algumas informações podem ser

⁴ Imagem do conteúdo da tela de um dispositivo, registrada em determinado momento, geralmente através do próprio dispositivo. (PRIBERAM, s.d.)

manipuladas, contribuindo de forma errada para a formação da opinião daqueles que tiverem acesso à elas (QUADRADO; FERREIRA, 2020).

Portanto, é essencial o equilíbrio no uso da Liberdade de Expressão para que não ocorra a prática de crimes como discursos de ódio, buscando inibir quaisquer conflitos de direitos, já que, não há hierarquia entre os direitos fundamentais, como afirma Barroso: “não existe hierarquia em abstrato entre princípios, devendo a precedência relativa de um sobre o outro ser determinada à luz do caso concreto” (BARROSO, 2009).

3. DISCURSO DE ÓDIO NO AMBIENTE VIRTUAL

3.1. Definição

Conforme se extrai do livro “Discurso de ódio e Redes Sociais”, de João Pedro Favaretto Salvador, os discursos de ódio são aquelas manifestações que contribuem para o agravamento da vulnerabilidade de um grupo social (SALVADOR, 2023). Além disso, o alvo do discurso de ódio deve ser um grupo vulnerável ou um indivíduo enquanto membro de grupo vulnerável (GOMES, 2020).

De acordo com o Ministério Público do Estado do Paraná, em nota técnica publicada pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, especificamente sobre o enfrentamento aos crimes de ódio:

Os crimes de ódio são, portanto, definidos como “crimes de identidade”, porquanto visam afetar a identidade do alvo, seja ela imutável (raça, cor, nacionalidade, orientação sexual, gênero, etc.) ou fundamental (opinião política ou ideológica, religião, hábitos culturais, etc) (MP/PR, 2022).

Além disso, o decisivo, para a definição do crime de ódio, é que as condutas tenham sido praticadas, por si só ou em conjunto com outro fator, em razão de algum motivo discriminatório (MP/PR, 2022).

É importante destacar que, embora o Código Penal Brasileiro não traga em sua redação a definição específica do crime de ódio, diversas legislações tratam desta temática, como, por exemplo, a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, objetivando o reconhecimento da gravidade dos atos e uma resposta penal adequada.

Conforme publicado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, “os crimes de ódio na internet chegaram a mais de 74 mil casos em 2022 – maior número

desde 2017 – de acordo com dados registrados pela Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, da organização SaferNet” (BRASIL – MDHC, 2024).

Deste modo, com o crescimento do ambiente virtual e a facilidade de interação entre as pessoas, as redes sociais se tornaram um cenário ideal para a disseminação do crime de ódio, visto que uma simples publicação pode alcançar grande número de pessoas, se tornando assim uma prática comum, motivada por preconceitos relacionados a características pessoais ou pertencimento da vítima a determinado grupo.

3.2. Análise dos crimes de ódio

Concomitantemente ao crescimento no número de usuários no ambiente virtual, percebe-se o aumento exponencial do número de casos de discursos de ódio, sendo possível verificar esses delitos diariamente nas redes sociais, em especial na plataforma X (antigo twitter).

Conforme números e dados informados pela Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet (2023), desde o ano de 2017 já havia sido registrado uma crescente nos números de denúncias de casos de discursos de ódio, contudo, os números apresentados em 2022, equivalente 74 mil denúncias, representou um aumento significativo de 67,7% em relação ao apresentado em 2017 e nos anos anteriores, sendo esse o número mais elevado de denúncias já registrado (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Ainda de acordo com a pesquisa Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet (2023), aparecem como os principais alvos dos discursos de ódio mais cometidos pelos usuários das redes sociais e de denúncias a xenofobia, a misoginia, a intolerância religiosa e a opressão às mulheres (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Com base nisso, o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, na solenidade de abertura do judiciário, disse:

Há 35 países que já regulamentaram, 35 países democráticos que regulamentaram essa utilização sem qualquer risco, sem qualquer afronta, sem qualquer atentado à liberdade de expressão, de comunicação, liberdade de campanha, de se fazer campanhas políticas. Mas há necessidade de uma regulamentação geral por parte do Congresso Nacional em defesa da democracia. Não é possível mais permitir direcionamento de discursos falsos, induzimento de discurso de ódio, de desinformação maciça sem qualquer

responsabilidade por parte das chamadas big tech. (MORAES, 2024).

Ainda que os dados apresentados sejam de anos passados, é possível afirmar que, atualmente, a situação não está muito diferente, uma vez que diariamente é possível visualizar discursos de ódio nas redes sociais, realçando o cenário problemático existente no ambiente virtual.

Por esta razão, se faz necessário a regulamentação, até porque, como bem afirma Thiago Azevedo:

Algumas pessoas acham que porque estão na internet estão anônimas e não são obrigadas a respeitar o outro, não são obrigadas a cumprir as leis, não são obrigadas a ter um comportamento minimamente decente que se espera de qualquer cidadão que tenha consciência dos seus direitos e também dos seus deveres. (AZEVEDO, 2023)

Desta forma, entende-se que o primeiro passo para a mudança desse cenário duro e hostil que, a cada dia, tem levado milhares de pessoas a cometerem crimes virtuais, com grande poder de destruição ao usuário do outro lado da tela, é justamente a consciência de que a propagação ou a criação de discursos de ódio é crime, não cabendo mais na atual sociedade.

4. A RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA MODERAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO

4.1. Desafios e limitações enfrentados na identificação e controle do discurso de ódio

Em 2023, a rede social X, disponibilizou novos termos de segurança, buscando minimizar as questões relacionadas aos crimes de ódio, e proporcionar maior segurança aos usuários, no qual: "Não é permitido promover violência, ameaçar ou assediar outras pessoas com base em raça, etnia, nacionalidade, orientação sexual, sexo, identidade de gênero, religião, idade, deficiência ou doença grave" (X, 2023).

O conteúdo odioso externalizado nestes espaços, por sua vez, pode assustar, intimidar ou silenciar usuários da plataforma, sendo que alguns deles podem inspirar outros usuários a cometerem violência (SALEEM et al., 2017, apud SILVA; OLIVEIRA, 2019).

Outro ponto a ser destacado é que, anteriormente, as "curtidas" realizadas na rede social X eram visíveis para outros usuários, inclusive nos próprios perfis, o que tornava a identificação do conteúdo e de seus apoiadores de fácil reconhecimento.

Essa mudança foi anunciada em maio de 2024 pelo diretor de engenharia da plataforma X, Haofei Wang, que afirmou que:

(...) Curtidas públicas estão “incentivando o comportamento errado”. Por exemplo, muitas pessoas sentem-se desencorajadas de gostar de conteúdos que possam ser “nervosos” por medo de retaliação de trolls ou para proteger a sua imagem pública (WANG HAOFEI, 2024).

Ou seja, tal mudança permite que o usuário consuma, em maior quantidade, conteúdos considerados “inadequados” de forma livre, sem que seja identificado, uma vez que com a nova atualização a exposição de sua identidade pessoal passou a ser restrita.

Por fim, é importante destacar que a violação das políticas da plataforma pode gerar consequências, como multas, que levarão em conta a gravidade da infração e o histórico de violações do usuário (X, 2023).

Além disso, podem ser adotadas medidas corretivas para a redução da visibilidade do conteúdo, como remover a publicação dos resultados de busca, das recomendações de produtos e assuntos, das notificações e da *timeline*⁵ da página inicial, dentre outras ações, como a exclusão ou remoção das publicações e a suspensão de contas que infringem a Política de Perfil de Propagação de Ódio (X, 2023).

4.2. Marco civil da internet e sua relação com as plataformas digitais: Responsabilidade e limites estabelecidos

O Marco Civil da Internet, também conhecido como Lei 12.965/2014, foi criado em um cenário de expansão da internet, o qual gerou um grande impacto social.

Embora a proteção à intimidade e à vida privada esteja prevista na Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso X, o Marco é a primeira lei infraconstitucional que regulamenta o tema e bem esclarece ser cabível indenização por dano moral ou material decorrente de violações à intimidade e vida privada no âmbito da internet (JESUS; OLIVEIRA, 2014, p. 33).

Com a evolução do mundo digital e o aumento no número de usuários tornou-se necessário a regulamentação das relações que ocorriam neste meio, uma vez que

⁵ Timeline, ou Linha do Tempo em português, é a forma gráfica e linear de representar uma sequência de eventos em ordem cronológica. Linhas do Tempo são tipicamente usadas para descrever uma determinada sucessão de fatos. Nas redes sociais o formato é muito utilizado para exibir o fluxo de informações compartilhadas por usuários (INTERNET INNOVATION, 2024).

impactam não apenas as relações humanas como também as relações empresariais e jurídicas, havendo portanto a necessidade de proteção à privacidade e aos dados dos usuários, bem como o estabelecimento de seus direitos e deveres no meio digital.

Conforme elencados no Art. 3º da Lei 12.965/2014, o Marco Civil da Internet tem como princípios essenciais: i) a garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação do pensamento; ii) a proteção da privacidade dos usuários e de seus dados pessoais e iii) a garantia da neutralidade da rede (BRASIL, 2014).

As autoras Chiara Spadaccini de Teffé e Maria Celina Bodin de Moraes trouxeram o seguinte entendimento a respeito de tais princípios:

A leitura do art. 3º do MCI prevê que a internet brasileira se encontra alicerçada em um tripé axiológico formado pelos princípios da neutralidade da rede, da privacidade e da liberdade de expressão, que estão ligados entre si. Enquanto a neutralidade da rede reforça a liberdade de expressão, a privacidade representa seu limite (TEFFÉ, MORAES, 2017, p. 112).

Sendo assim, pode-se constatar que os princípios do Marco Civil da Internet se conectam, buscando uma harmonia e sem que um se exceda em relação ao outro.

A Lei nº 12.965/2014 estabelece importantes obrigações de transparência e proteção de dados pessoais para provedores de serviços de internet objetivando garantir que os usuários sejam informados sobre a coleta e o uso de seus dados pessoais, buscando promover um ambiente digital mais seguro e confiável.

Além disso, as plataformas de redes sociais passaram a ter responsabilidade sobre os conteúdos publicados por terceiros, no entanto, objetivando assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o art. 19 do Marco Civil da Internet determinou que:

Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário (BRASIL, 2014).

Deste modo, pode-se afirmar que a responsabilidade dos provedores ocorrerá somente quando, após a devida notificação judicial, não removerem o conteúdo inapropriado, ou quando disponibilizarem conteúdo que cause violações

à privacidade, como cenas de nudez ou atos sexuais de caráter privado sem a autorização de seus participantes, e também por infringir direitos autorais, conforme as exceções previstas no §2º do art. 19 e no art. 21, ambos da Lei do Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014).

A literatura aponta que houve, portanto, uma redução no grau de proteção que já vinha sendo assegurado às vítimas de conteúdos lesivos de terceiros pela jurisprudência (CRIANÇA E CONSUMO, 2021, p. 57). Um dos argumentos que justificam o regime de responsabilidade instituído pelo Marco Civil da Internet foi a necessidade de assegurar a “liberdade de expressão” (EHRHARDT JÚNIOR, 2021, p.418).

Isso significa que as plataformas não possuem a obrigação de monitorar proativamente o conteúdo publicado, mas devem agir quando solicitadas, buscando equilibrar a liberdade de expressão com a proteção contra os crimes de ódio.

4.3. Jurisprudência e precedentes relevantes

Com base em alguns julgados e precedentes é possível perceber que muitas plataformas digitais estão sendo responsabilizadas pelo discurso de ódio praticado virtualmente por seus usuários. Acontece que a responsabilização surge no momento em que as plataformas deixam de controlar as publicações e comentários feitos por usuários incitando o discurso de ódio.

Considerando que a Lei do Marco Civil trouxe um grande impacto ao mundo digital, bem como às demais leis vigentes, é notório que o julgamento de casos em que há a inércia da rede social diante de publicações de cunho intolerante e discriminatório tem gerado muita repercussão na atualidade.

O julgado TJ-DF 0701152-89.2022.8.07.0005, demonstra que o Tribunal do Distrito Federal possui como entendimento que o fato do usuário violar com os termos uso da plataforma e praticar discurso de ódio, será suficiente para a suspensão da sua conta ou até mesmo outra punição diante da infração cometida:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECURSO INOMINADO. DIREITO CONSTITUCIONAL, CIVIL E DO CONSUMIDOR. RECURSO RECEBIDO NO EFEITO SUSPENSIVO. TESE DEFENSIVA NÃO DEDUZIDA ANTES DA SENTENÇA. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO PARCIAL. REDE SOCIAL TWITTER. POSTAGEM OFENSIVA. CONFIGURAÇÃO DE DISCURSO DE ÓDIO. SUSPENSÃO DA CONTA. PREVISÃO NOS TERMOS E CONDIÇÕES DE USO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRINCÍPIO

DA INTERVENÇÃO MÍNIMA NOS CONTRATOS. PACTA SUNT SERVANDA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E PROVIDO.

I. Trata-se de recurso inominado interposto pelo réu TWITTER contra sentença que o obrigou a reativar a conta do requerente na rede social, ao argumento da ausência da violação dos termos de uso, porque a postagem feita pelo recorrido não configuraria discurso de ódio e, por isso, não seria passível de exclusão definitiva. Sustenta que a sentença impõe intervenção estatal em atividade privada e que houve violação aos termos de uso, uma vez que a postagem do recorrido configura prática de ódio, além de haver reincidência de postagens ofensivas que justificariam a pena máxima de suspensão. Aduz que possui “autonomia para administrar sua própria plataforma da forma como melhor lhe convier (evidentemente, respeitando a legislação vigente), o que lhes é inclusive garantido pelo princípio da livre iniciativa previsto no artigo 170, inciso I, da Constituição Federal.”. Afirma, por fim, que a obrigação de reativação da conta é impossível de ser cumprida. Pede a reforma da sentença a fim de que seja julgado improcedente o pedido inicial. Contrarrazões apresentadas.

(...)

V. O recorrente alegou na contestação que teria havido violação aos termos de uso, em razão de postagem que incitaria a prática de discurso de ódio. Transcreve-se a postagem para melhor entendimento: “@felipeneto Já melhorou? nossa foi tão rápido. Seu arrombado. Vai tomar no cu”. **O conceito de discurso de ódio não é unísono. Apesar das muitas disputas sobre os contornos do conceito, é relativamente assentado que o discurso de ódio é uma conduta, e não uma mera opinião, com cunho intimidatório. O discurso de ódio não existe dissociado dos fenômenos relacionados ao racismo, sexismo, homofobia, transfobia e faz parte de um sistema de dominação social, que influencia muitos aspectos da vida de muitos indivíduos. Os discursos de ódio são ligados a estratificações sociais, pois sua análise deve ser contextual, mas são entendidos como tal quando são direcionados a grupos que se encontram em uma momentânea ou perene desigualdade de status.**

(...)

VII. A consequência dessa prática objetiva é especificamente a suspensão da conta, conforme previsto nos Termos e Condições de Uso (ID 38419046, pg. 8), de modo que não há que se falar em desproporcionalidade da pena. Isso sim configuraria intervenção indevida do Estado no contrato celebrado entre as partes, cuja manutenção íntegra deve ser priorizada pelo Judiciário, especialmente em casos como o presente. Essa é, aliás, a orientação da redação do parágrafo único do art. 421 do Código Civil, que dispõe que “Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.”

VIII. Importante ressaltar que o exercício das liberdades comunicativas, notadamente do direito de liberdade de expressão, tem fomentado intensos debates acerca de seus limites. Um debate que costumava ser feito em abstrato e privilegiando sempre a ampla liberdade de expressão na ponderação de direitos, muitas vezes em prejuízo de outros valores do ordenamento igualmente relevantes. Como advertem MAIA e GOMES, “há informação má, perigosa, criminosa, ofensiva à dignidade da pessoa humana, injuriosa e antidemocrática e defender seu direito de existir não é o mesmo que

lutar pelos direitos civis no cyberspaço. Ao contrário, pode significar o encorajamento na proteção do hate speech, ao racismo publicado, à discriminação de minorias. E se na internet de fato floresce um espaço de liberdade de expressão e de experiência democrática, ela igualmente se transformou no paraíso dos conservadores, da ultradireita, dos racistas e dos xenófobos, um refúgio, que aliás, tem se tornado mais seguro do que no mundo offline” (GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. Comunicação e democracia: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. p. 321-322)

IX. Em reforço, como já decidiu o STF, “(...) O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. 14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o "direito à incitação ao racismo", dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica.” (HC 82424/RS, Relator para o acórdão Ministro Mauricio Correa, Tribunal Pleno STF, julgado em 17/9/2003 – julgamento que considerou o antissemitismo um crime de racismo imprescritível)

X. Recurso CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, PROVIDO para reformar a sentença e julgar improcedentes os pedidos iniciais.

XI. Sem honorários ante a ausência de recorrente vencido, na forma do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

(Acórdão 1621284, 0701152-89.2022.8.07.0005, Relator(a): GISELLE ROCHA RAPOSO, Relator(a) Designado(a): MARILIA DE AVILA E SILVA SAMPAIO, SEGUNDA TURMA RECURSAL, data de julgamento: 26/09/2022, publicado no DJe: 06/10/2022. grifo nosso).

5. ANÁLISE DO CASO DA PLATAFORMA “X” NO BRASIL

Na manhã do dia 17 de agosto de 2024, o CEO da Rede Social “X”, antes conhecida como “Twitter”, anunciou oficialmente o fechamento do seu escritório no país (CNN, 2024). O fato ocorreu após uma série de conflitos entre o CEO da rede social, Elon Musk, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

O fechamento do escritório aconteceu logo após o Ministro decretar a prisão do representante legal da plataforma no Brasil, em razão da rede social deixar de bloquear alguns perfis que propagavam discurso de ódio, bem como deixar de pagar as multas arbitradas pelo descumprimento (BBC, 2024).

Logo após, no dia 28 de agosto de 2024, a plataforma “X” foi intimada, com prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para nomear um novo representante da rede no Brasil após sua saída, sob pena de suspensão da rede no país (BBC, 2024). Ocorre que findado o prazo e sem qualquer cumprimento pela plataforma, no dia 30 de agosto

a rede social “X” teve seu serviço suspenso no Brasil. Além disso, foi estabelecido uma multa para quem tentasse acessar a plataforma via rede privada virtual (VPN) (CNN, 2024).

Em continuidade, no dia 11 de setembro de 2024, houve o bloqueio das contas bancárias da plataforma “X” e da empresa provedora de Internet “Starlink” - a qual também pertence a Elon Musk - como forma de assegurar o pagamento das multas arbitradas, contudo, a plataforma continuou fora do ar (CNN, 2024).

No dia 20 de setembro, a rede social decidiu indicar a advogada Rachel de Oliveira Villa Nova como representante da plataforma no Brasil e, logo após, enviou documentos que pudessem comprovar a indicação. Além disso, a plataforma também providenciou o bloqueio das contas que propagavam discurso de ódio (CNN, 2024).

Após tais providências a rede social “X” continuou suspensa no Brasil, sendo necessário que a plataforma garantisse o pagamento de outras multas que também foram arbitradas pelo descumprimento da suspensão dos seus serviços no país em alguns dias (CNN, 2024). Assim, no dia 04 de outubro de 2024, a plataforma realizou o pagamento das multas e foi determinado pelo ministro que a rede retornasse seu funcionamento no Brasil (CNN, 2024).

Diante de tais fatos, urge entender como se dava a responsabilidade da empresa durante o período que não possuía escritório no Brasil. Com base na leitura do artigo 11 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), a empresa não fica eximida de seguir a lei brasileira, mesmo diante da ausência de sede ou escritório no país, tendo como obrigação respeitar a legislação brasileira.

A redação do artigo supracitado dispõe:

Art. 11: Em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de internet em que pelo menos um desses atos **ocorra em território nacional, deverão ser obrigatoriamente respeitados a legislação brasileira** e os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros (BRASIL, 2014. grifo nosso).

Assim sendo, a atitude do CEO da empresa em fechar seu escritório no país não faz cessar sua responsabilidade de seguir o que a lei brasileira prevê, tendo em vista que este continua a prestar serviço digital dentro do Brasil (BRASIL, 2014).

Faz-se saber que, o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência sobre caso que também envolve serviço digital, restando o entendimento de que a

legislação deve ser necessariamente obedecida pelas empresas que prestam serviço no Brasil:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL. PLEITO IDÊNTICO INDEFERIDO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE APTO A AMPARAR A CONCESSÃO DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA E DE FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES. MARCO CIVIL DA INTERNET. ASTREINTES. CABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A concessão de medida de urgência consistente na suspensão da ordem de fornecimento de conteúdo de conta de e-mail e de multa diária imposta em razão do não fornecimento de dados requisitados encontra obstáculo quando idêntico pleito de antecipação de tutela foi formulado no tribunal de origem e indeferido.

2. O Marco Civil da Internet estabelece que suas disposições aplicam-se "mesmo que as atividades sejam realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior, desde que oferte serviço ao público brasileiro ou pelo menos uma integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil".

3. É cabível a imposição de multa por descumprimento ou por cumprimento a destempo de ordem judicial, não obstante a inexistência de disposição expressa no Código de Processo Penal, aplicando-se por analogia o disposto no Código de Processo Civil.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RMS n. 62.468/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, julgado em 23/11/2021, DJe de 26/11/2021.grifo nosso).

Diante dos fatos narrados, não restam dúvidas de que a responsabilidade da empresa que presta algum tipo de serviço digital dentro do Brasil, é de seguir o que determina a legislação brasileira, bem como, obedecer a qualquer ordem judicial prolatada.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de entender a responsabilidade das plataformas digitais em relação a prática dos crimes de ódio, em especial aqueles praticados virtualmente por meio da plataforma “X”, o presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou demonstrar a funcionalidade da rede social, como um meio crescente de interação entre os usuários e sua relação com a prática dos crimes de ódio.

No que tange ao decorrer da elaboração deste estudo, observou-se que o tema abordado é de grande relevância para a sociedade em geral e, com o avanço da tecnologia e como consequência, a evolução das plataformas digitais e dos meios pelos os quais estas serão utilizadas, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos mecanismos de defesas contra crimes de ódios declarados.

Ademais, apesar dos desafios e das limitações para identificação dos responsáveis pela práticas de crimes de ódio dentro das plataformas digitais, é dever delas seguirem as leis brasileiras impostas, procurando não retroceder a luta contra tais ações, visto que, a Lei 12.965/2014, conhecida como Lei do Marco Civil da Internet, é um avanço para a Era Digital e para a proteção dos direitos fundamentais de seus usuários previstos na Constituição Federal em vigência.

Diante disto, é possível verificar que há a responsabilidade subsidiária da plataforma X em relação aos crimes de ódio praticados virtualmente pelos usuários a ela vinculados, uma vez que, apesar dos danos causados não serem praticados diretamente pela plataforma, faz-se necessária a sua atuação de forma direta no combate a essas ações.

Neste sentido, para que ocorra um combate efetivo em relação à prática dos crimes de ódio na rede social X, é necessário que a plataforma adote condutas ativas em suas políticas de uso, não apenas estipulando diretrizes, mas combatendo efetivamente a prática dos crimes de ódio, que, em sua maioria, se dá por meio de comentários e publicações ofensivas. Além disso, diante da autonomia e recursos que possui, a plataforma pode realizar a retirada e filtragem de determinadas publicações que ferem as diretrizes por ela impostas, exercendo de fato, o cumprimento destas, visto que, apenas a teoria não inibe tais práticas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Denúncias de crimes na internet com discurso de ódio crescem em 2022**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/denuncias-de-crimes-na-internet-com-discurso-de-odio-crescem-em-2022>. Acesso em: 25 out. 2024.

AZEVEDO, Thiago. **Denúncias de crimes envolvendo discurso de ódio nas redes sociais triplicaram nos últimos 6 anos, aponta levantamento**. G1, Jornal Nacional, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/01/denuncias-de-crimes-envolvendo-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-triplicaram-nos-ultimos-6-anos-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

BASTOS, Juliana Ribeiro. **Os limites da liberdade de expressão no ambiente virtual: crimes cibernéticos**. Goiânia, p. 1-42, 2021.

BBC. **Moraes determina bloqueio do X no Brasil após Elon Musk descumprir decisão judicial**. BBC, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gz28359d4o>. Acesso em 24 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 out. 1988. N. 191-A, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Incitação à violência contra a vida na internet lidera violações de direitos humanos, com mais de 76 mil casos em cinco anos, aponta ObservaDH**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/incitacao-a-violencia-contra-a-vida-na-internet-lidera-violacoes-de-direitos-humanos-com-mais-de-76-mil-casos-em-cinco-anos-aponta-observadh>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1-3, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor.&text=Art.%202%C2%BA%20\(Vetado\)>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor.&text=Art.%202%C2%BA%20(Vetado)>). Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209

.459%2C%20DE%2013,7%20de%20dezembro%20de%201940. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Incitação à violência contra a vida na internet lidera violações de direitos humanos, com mais de 76 mil casos em cinco anos, aponta ObservaDH**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/incitacao-a-violencia-contra-a-vida-na-internet-lidera-violacoes-de-direitos-humanos-com-mais-de-76-mil-casos-em-cinco-anos-aponta-observadh>. Acesso em: 24 out. 2024.

BOTELHO, Gilson Carlos Xavier. **O equilíbrio entre a liberdade de expressão e os limites constitucionais nas mídias sociais**. Revista Processus Multidisciplinar, [S. l.], v. 5, n. 9, p. e091116, 2024. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/1116>. Acesso em: 29 set. 2024.

COSTA, André Luís Oliveira da; COSTA, Karoline Silva. **CRIMES DIGITAIS: A linha tênue entre liberdade de expressão e crimes contra a honra cometidos no meio digital**. Revista Acadêmica Online, [S. l.], v. 10, n. 50, p. 1–13, 2024. Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/67>. Acesso em: 3 out. 2024.

CRIANÇA E CONSUMO. **Dever geral de cuidado das plataformas**. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2021/11/dever-geral-de-cuidado-das-plataformas.pdf>. Acesso em: 27 de ago. 2024.

DA SILVA, Cristiane Rubim Manzina; TESSAROLO, Felipe Maciel. **Influenciadores Digitais e as Redes Sociais Enquanto Plataformas de Mídia**. Intercom, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2104-1.pdf>. Acesso em 11 nov. 2024.

ESCAVADOR. **Marco Civil da Internet e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: entenda as leis que regulamentam o mundo digital**. Disponível em: [https://blog.escavador.com/marco-civil-da-internet-e-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-entenda-as-leis-que-regulamentam-o-mundo-digital#/.>](https://blog.escavador.com/marco-civil-da-internet-e-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-entenda-as-leis-que-regulamentam-o-mundo-digital#/) Acesso em: 28 ago. 2024.

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; ALBUQUERQUE LOBO, Fabíola; ANDRADE, Gustavo. **Liberdade de expressão e relações privadas**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/L4191>. Acesso em: 27 ago. 2024.

FALCÃO, Marcelo et al. **MP e compromisso com a sociedade**. v. 5, Curitiba: Ministério Público do Paraná; Escola Superior do MPPR, 2023. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/documento/2023-12/final%20corrigido.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

FORBES. **Brasil é o terceiro país que mais consome redes sociais em todo o mundo**. Forbes Tech, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 13 de nov. 2024.

GABRIEL, Ruan de Sousa. **Saída da rede social X do Brasil pode dificultar cumprimento de decisões judiciais.** O Globo, 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/08/17/saida-da-rede-social-x-do-brasil-pode-dificultar-cumprimento-de-decisoes-judiciais-entenda.ghtml>> Acesso em: 28 ago. 2024.

GOMES, Fabrício V.; SALVADOR, João Pedro F.; LUCCAS, Victor N. **Discurso de Ódio.** São Paulo: Almedina Brasil, 2020. E-book. pág.84. ISBN 9786556271385. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556271385/>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

G1. **Denúncias de crimes envolvendo discurso de ódio nas redes sociais triplicaram nos últimos 6 anos, aponta levantamento.** Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/01/denuncias-de-crimes-envolvendo-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-triplicaram-nos-ultimos-6-anos-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

G1. **Por que Elon Musk fechou o X no Brasil? Entenda a escalada da tensão entre o bilionário e Alexandre de Moraes.** G1, 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/08/18/por-que-elon-musk-fechou-o-x-no-brasil-entenda-a-escalada-da-tensao-entre-o-bilionario-e-alexandre-de-moraes.ghtml>> Acesso em: 25 ago. 2024.

INTERNET INNOVATION. **Timeline: conceito e definição.** Internet Innovation. Disponível em: <<https://www.internetinnovation.com.br/timeline-conceito-e-definicao/>> Acesso em: 12 nov. 2024.

JESUS, Damásio Evangelista de; OLIVEIRA, José Antônio M. Milagre de. **Marco Civil da Internet: comentários à Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014,** 1ª Edição, . Rio de Janeiro: Saraiva, 2014. E-book. pág.33. ISBN 9788502203200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502203200/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MARTINELLI, Gustavo. **Liberdade de expressão: impactos e limites no ordenamento jurídico brasileiro.** aurum, 2024. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/liberdade-de-expressao/#:~:text=Quando%20a%20liberdade%20de%20express%C3%A3o,fundamentais%20ou%20a%20ordem%20p%C3%ABlica>. Acesso em: 02 out. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Nota Técnica 4/2022. 2022.** Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/Notas_Tecnicas/NT4_2022.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

NERDWEB. **ESTATÍSTICAS DO MERCADO DE REDES SOCIAIS NO BRASIL EM 2024.** Nerdweb, 2024. Disponível em: <[https://nerdweb.com.br/artigos/estatisticas-mercado-redes-sociais-brasil-2024.html#:~:text=\(%2B40.8%25\).-,%20de%20redes%20sociais,%25%20feminino%2C%2044.4%25%20masculino.>](https://nerdweb.com.br/artigos/estatisticas-mercado-redes-sociais-brasil-2024.html#:~:text=(%2B40.8%25).-,%20de%20redes%20sociais,%25%20feminino%2C%2044.4%25%20masculino.>)>. Acesso em: 28 set. 2024.

NOGUEIRA, Francisco. **Estudos revelam a dimensão do isolamento social**

estimulado pela tecnologia. Veja, 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/estudos-revelam-a-dimensao-do-isolamento-social-estimulado-pela-tecnologia>. Acesso em: 29 out. 2024.

MORAES, Alexandre de. **Presidente do TSE cobra responsabilização das redes sociais pela divulgação de discurso de ódio.** G1, Jornal Nacional, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/01/presidente-do-tse-cobra-responsabilizacao-das-redes-sociais-pela-divulgacao-de-discurso-de-odio.ghtml>.> Acesso em: 25 out. 2024

O GLOBO. **Com bloqueio, X sofre queda de 73% em interações sobre política e vira "bolha bolsonarista", aponta estudo.** O GLOBO, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2024/09/com-bloqueio-x-sofre-queda-de-73percent-em-interacoes-sobre-politica-e-vira-bolha-bolsonarista-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2024.

O GLOBO. **Redes sociais passam dos 5 bilhões de usuários, revela informe.** O GLOBO, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2024/01/31/redes-sociais-passam-dos-5-bilhoes-de-usuarios-revela-informe.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2024.

OLIVEIRA, Érika Monteiro. **A relação entre liberdade de expressão e desinformação no ambiente político: o uso das redes sociais e sua possível interferência na polarização e os reflexos no regime democrático.** 2022. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34711/1/RelacaoLiberdadeExpresssao.pdf>. Acesso em 03 out. 2024.

ONLINE, Pucrs. **Influência digital: o que é e para o que serve.** PUCRS Online, 2024. Disponível em: <https://online.pucrs.br/blog/influencia-digital>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PORTO, Douglas. **Volta do X: entenda detalhes do bloqueio até a decisão de liberação da plataforma.** CNN, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/volta-do-x-relembre-detalhes-do-bloqueio-ate-a-decisao-de-liberacao-da-plataforma/>. Acesso em: 20 out. 2024.

PRIBERAM. **Captura de tela.** Dicionário Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/captura%20de%20tela>. Acesso em: 14 nov. 2024.

QUADRADO, Carvalho Jaqueline; FERREIRA, Ewerton da Silva. **Ódio e intolerância nas redes sociais digitais.** 2020. Artigo (Programa Pós- Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Pampa, São Borja-RS, 2020 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/3LNyLswf9rkhDStZ9v4YT3H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 nov. 2024.

REALE JÚNIOR, M. **Limites à liberdade de expressão.** Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL], [S. l.], v. 11, n. 2, p. 374–401, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1954>. Acesso em: 1 out. 2024.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009. 191 p.

(Coleção Cibercultura). ISBN: 978-85.205-0525-0, Disponível em: <<https://www.mulheressocialistas.org.br/campanha2020/wp-content/uploads/2020/10/Redes-Sociais-na-Internet-Raquel-Recuero.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2024.

SALVADOR, João Pedro F. **Discurso de Ódio e Redes Sociais**. São Paulo: Almedina, 2023. E-book. pág.40. ISBN 9786556279558. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279558/>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, Luiz Rogério Lopes; BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo Eduardo; OLIVEIRA, Alisson Augusto de; PONTES, Vinicius Ramos. **A gestão do discurso de ódio nas plataformas de redes sociais digitais: um comparativo entre Facebook, Twitter e Youtube**. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 12, n. 2, p. 470–492, 2019. Disponível em: <https://milobs.pt/wp-content/uploads/2021/09/A-gest%C3%A3o-do-discurso-de-%C3%B3dio-nas-plataformas-de-redes-sociais-digitais-um-comparativo-entre-Facebook-Twitter-e-Youtube.pdf>. Acesso em: 2 out. 2024.

SONAR. **Com bloqueio, X sofre queda de 73% em interações sobre política e vira bolha bolsonarista, aponta estudo**. O Globo, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2024/09/com-bloqueio-x-sofre-queda-de-73percent-em-interacoes-sobre-politica-e-vira-bolha-bolsonarista-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2024.

TELE SÍNTESE. **STJ decide: empresa de internet tem que seguir lei nacional**. Telesintese, 2024. Disponível em: <<https://telesintese.com.br/stj-decide-empresa-de-internet-tem-que-seguir-lei-nacional/#:~:text=As%20empresas%20que%20prestam%20servi%C3%A7os,armazenamento%20de%20dados%20em%20nuvem.>>>. Acesso em: 26 ago. 2024.

TEFFÉ, Chiara; MORAES, Maria Celina. **Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil. Análise a partir do Marco Civil da Internet**. Pensar, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 108-146, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/6272/pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

WANG, Haofei. **Twitter, 2024**. Disponível em: <https://x.com/wanghaofei/status/1793096366132195529?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1793096366132195529%7Ctwgr%5Ecef3683b43343653636b69417b9744bbcb832c69%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.tecmundo.com.br%2Finternet%2F284901-x-antigo-twitter-oculta-visualizacao-historico-curtidas-perfis.htm.>> Acesso em: 3 out. 2024.

WIKIPÉDIA. **Twitter**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter#:~:text=X%2C%20popularmente%20conhecido%20pelo%20seu,do%20X%20Premium>. Acesso em: 28 set. 2024.

X CENTRAL DE AJUDA. **Conduta de propagação de ódio**. Disponível em: <https://help.x.com/pt/rules-and-policies/hateful-conduct-policy>. Acesso em: 01 out. 2024.